

MIGRAÇÕES E MINORIAS ÉTNICAS NA PENÍNSULA DE SETÚBAL ENTRE 1981 E 1998: OS CONTRIBUTOS E OS PROBLEMAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

*José Rebeiro**

INTRODUÇÃO

O significado de migrar, de acordo com a sua origem etimológica é mudar de região.

O conceito de migração por sua vez pode definir-se como deslocação de ou para determinada região ou país e implica fluxos de entrada – imigração, e fluxos de saída – emigração.

Portugal foi até meados da década de setenta um país de emigrantes, posteriormente, sobretudo no decurso dos anos oitenta e noventa, passou a ser também um país de imigrantes.

A Península de Setúbal é conhecida desde os anos sessenta como uma região com grande atractividade gerando fluxos de entrada muito significativos. Estes fluxos de entrada podem provir doutras regiões do país designando-se por migrações internas ou de outros países, sendo designados como migrações internacionais.

A Península de Setúbal conheceu entre 1981 e 1998 uma evolução demográfica impar, contrariando as tendências verificadas quer a nível da Região de Lisboa e Vale do Tejo, quer do País.

Neste crescimento o peso da componente migratória é suficientemente importante para não poder ser ignorado. Por sua vez, um número não negligenciável dos migrantes residentes na Península são estrangeiros. No grupo de estrangeiros, os africanos e os brasileiros representam a esmagadora maioria, vivendo muitos em situação precária.

Embora a presença destas comunidades não se faça sentir da mesma forma nos diferentes concelhos da Península, nalguns como a Moita e Setúbal, tem grande expressão, contribuindo de forma inequívoca para o Desenvolvimento Regional. Por outro lado as situações precárias em que vivem e trabalham geram problemas sociais de alguma gravidade que até ao momento estão longe de ser resolvidos e que passam nomeadamente pela marginalidade, toxicod dependência e criminalidade.

O que nos propomos é fazer uma breve reflexão em torno desta problemática a partir da análise de dados do INE, do IEFP e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Assim começamos por fazer uma revisão das principais correntes que se têm dedicado ao estudo das migrações para em seguida reflectir sobre a problemática das minorias étnicas. Propomo-nos depois analisar as abordagens dominantes no âmbito do desenvolvimento regional. Por último vamos procurar caracterizar a Península de Setúbal, centrando a atenção na população, evolução e estrutura demográfica, peso dos migrantes e dos imigrantes em especial dos provenientes dos países africanos, identificando alguns contributos e alguns problemas decorrentes da presença destes imigrantes.

A metodologia utilizada tem como base a pesquisa bibliográfica e entrevistas não estruturadas a alguns imigrantes africanos residentes em bairros críticos da Península de Setúbal. A nível estatístico as fontes que privilegiaremos neste estudo são da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística, nomeadamente os 12º e 13º recenseamentos da população (censos de 81 e 91), as estatísticas demográficas de 1996, 1997, 1998, O Anuário Estatístico de Lisboa e Vale do Tejo de 1996, 1997 e 1998, o inquérito ao Emprego da RLVT, – NUTS III, do 2º semestre de 1997, 1º e 2º semestres de 1998 e 1º semestre de 1999, O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, entre outros.

* Instituto Politécnico de Setúbal.

Uma vez que os dados disponíveis não reflectem a verdadeira dimensão da imigração, já que existe um número considerável de imigrantes em situação ilegal, procuraremos privilegiar uma análise qualitativa em detrimento da análise quantitativa, não invalidando no entanto a referência a alguns números.

1. MIGRAÇÕES E MINORIAS ÉTNICAS

A atracção das pessoas por determinadas regiões, levando-as a deslocarem-se das suas regiões de origem para outras pode ocorrer por diversas razões normalmente relacionadas com melhor qualidade de vida e ou mais oportunidades de trabalho. O impacto deste poder de atracção pode-se fazer sentir dentro dum mesmo país, originando migrações internas ou de um país para outro originando migrações internacionais.

Um número significativo de migrações internacionais tem como destino os países desenvolvidos da Europa e América e como origem países menos desenvolvidos do sul, nomeadamente de África e da América Latina. Uma das especificidades deste tipo de migrações é a tendência para grande parte dos migrantes serem provenientes de países que foram colonizados pelos países de destino. Este movimento por vezes designado por "regresso das caravelas" tem provocado um aumento substancial de imigrantes de origem africana em França, Inglaterra, Holanda, Alemanha e recentemente em Portugal.

Os imigrantes africanos que se têm deslocado para o mundo ocidental são vistos pelos nacionais como portadores de culturas próprias muito diferentes das existentes nos países de destino. Por outro lado o facto de dum modo geral se concentrarem em comunidades leva à afirmação das próprias culturas e a viverem numa espécie de mundo à parte construído à imagem e semelhança das suas terras de origem com os constrangimentos decorrentes do facto de estarem no mundo ocidental. Gera-se assim como que um sincretismo que torna estes imigrantes detentores duma identidade étnica.

1.1. Algumas teorias sobre Migrações Internacionais

As migrações internacionais, entendem-se como movimento de trabalhadores e, ou familiares de um país para outro por períodos mais ou menos longos¹. Entre as características básicas destas migrações internacionais estão a transitoriedade da presença, o projecto de regresso e as motivações de natureza económica².

Para explicar os processos migratórios consideramos indispensável uma síntese teórica das principais teorias que abordam esta temática e que podem tipificar-se em dois grandes grupos: as que pretendem explicar todo o processo migratório desde o seu início ao seu termo; e as que colocam o acento tónico na compreensão da sua manutenção e perpetuação no tempo³.

No primeiro grupo destacam-se duas abordagens⁴: no âmbito macroeconómico defende-se que as migrações internacionais são sobretudo o resultado de desequilíbrios salariais pelo que as unidades de análise devem centrar-se nos mercados de trabalho; a nível micro defende-se que a unidade de análise é o indivíduo e que sendo suposto este agir racionalmente, a decisão de emigrar depende da avaliação que faz das probabilidades de aumentar o seu rendimento.

As principais teorias enquadráveis neste primeiro grupo são⁵:

a teoria do mercado de trabalho segmentado, defendendo que nas sociedades industriais avançadas existem dois tipos diferentes de mercados: o primário e o secundário e que as migrações internacionais devem-se ao facto dos nacionais não estarem disponíveis para satisfazer a procura de trabalhadores para o mercado secundário.

¹ Baganha, 1996, p. 234

² Machado, 1994, p. 112

³ Baganha, 1996, p. 234

⁴ *Ibidem*

⁵ Baganha, 1996, p. 235

A teoria do sistema-mundo considerando a maior mobilidade da população e o conseqüente aumento da emigração no sentido periferia-centro (normalmente de sul para norte) em função da penetração do capitalismo nas sociedades periféricas.

No âmbito do segundo grupo de teorias destacamos⁶:

A teoria das redes migratórias explicando a manutenção dos fluxos como resultado do facto de uma comunidade migrante ao atingir um determinado número de indivíduos tender a auto-sustentar-se através da redução dos riscos, dos custos e da fuga ao controlo legal.

A teoria institucional defendendo que o "mercado negro das migrações" é promovido pelo Estado quando cria limites à imigração inferiores às necessidades do mercado de trabalho. Não foi possível comprovar se este é o caso de Portugal mas existe um número muito significativo e de difícil quantificação de imigrantes ilegais no nosso país.

A teoria da causalidade cumulativa considerando que cada acto de emigrar, ao alterar as distribuições de rendimentos e de propriedade, torna os futuros movimentos migratórios mais prováveis.

A teoria dos sistemas migratórios, dando-nos conta duma tendência para, ao longo do tempo, as migrações internacionais tenderem para uma certa estabilidade, configurada numa estrutura que vai permitir identificar os sistemas internacionais de migrações.

As especificidades dos fluxos migratórios portugueses dificultam o seu entendimento à luz das teorias existentes uma vez que algumas das características singulares destes fluxos, não podem ser explicadas chegando mesmo a contradizer algumas premissas das teorias de migrações, nomeadamente das teorias dos mercados de trabalho segmentados⁷.

Os processos migratórios portugueses sofreram uma mudança profunda a partir de meados da década de 70: por um lado, como consequência da crise petrolífera e de uma conjuntura internacional desfavorável abrandam os fluxos tradicionais de saída, por outro começam a regressar a um ritmo elevado os emigrantes da Europa Ocidental e a retornar cerca de 505 mil portugueses residentes nas então colónias⁸.

Um pouco mais tarde, já no início dos anos 80 assiste-se a um novo incremento da emigração, embora com características e destinos diferentes, ganhando destaque a emigração temporária para a Europa; em simultâneo verifica-se um surto de entradas sem precedentes corporizado com a chegada sobretudo de cabo-verdianos, brasileiros e angolanos⁹. Portugal que era um país tradicionalmente vocacionado para a emigração, passa a ser em simultâneo um país de emigrantes e de imigrantes¹⁰.

Os primeiros fluxos de africanos para Portugal nos últimos 50 anos remontam à década de 60. Estes africanos, provenientes de Cabo-Verde vieram trabalhar sobretudo para a construção civil e obras públicas já que a forte emigração que se fazia sentir, aliada à mobilização de muitos milhares de jovens para o serviço militar gerou déficits de mão de obra neste sector¹¹. No entanto estes cabo-verdianos não podem ser categorizados como imigrantes estrangeiros na medida em que eram portugueses.

Em meados da década de 70, mais concretamente a partir de 25 de Abril de 1974, acompanhando o retorno dos portugueses residentes nas então colónias vieram para Portugal pequenos contingentes de africanos que optaram por se fixar em Portugal e a que também neste caso não poderemos chamar de imigrantes internacionais¹². Mais uma vez se trata de indivíduos de nacionalidade portuguesa que não possuem as características básicas dos imigrantes e com qualificações escolares e profissionais elevadas. A inserção destes africanos na sociedade portuguesa não gerou impactos significativos.

⁶ Ibidem

⁷ Machado, 1997, p. 17

⁸ Cónim, 1989

⁹ Baganha, 1996

¹⁰ Machado, 1994

¹¹ Ibidem

¹² Ibidem

No decurso dos anos 80 e 90 assiste-se à imigração propriamente dita, a envolver números significativos de indivíduos africanos que vieram desenvolver actividades na construção civil e na indústria¹³.

1.2. Minorias Étnicas em Portugal

O conceito de identidade étnica constitui-se partindo de processos de interacção social que definem a percepção grupal que os nacionais têm de certos grupos vistos como estrangeiros muito diferentes, mas semelhantes entre si, vistos também como mais pobres e “atrasados” culturalmente ou pelo menos como possuidores duma cultura estranha e diferente¹⁴.

O problema das minorias étnicas em Portugal, embora não seja recente, já que há muito que vivem no nosso país comunidades ciganas com um número de indivíduos estimado, em 1997, entre trinta e cinquenta mil (dos quais seis mil e quinhentos residem no Distrito de Lisboa e mil e seiscentos no Distrito de Setúbal)¹⁵, ganhou novos contornos nos últimos 25 anos devido à imigração de africanos.

Se numa primeira fase o seu número era reduzido facilitando a integração, com a vinda de comunidades inteiras essa integração passou a ser muito mais complexa devido à alteração de um conjunto de elementos¹⁶:

- Elevado número de imigrantes;
- Contexto de desemprego em larga escala passando o imigrante (sobretudo se ilegal) a ser considerado como um rival indesejável disposto a receber salários menores;
- A emergência de dois movimentos aparentemente antagónicos: convergência de culturas e afirmação de culturas;
- O facto da imigração em períodos anteriores pressupor o abandono da cultura de origem e a assimilação da cultura do país de acolhimento e de actualmente considerar a integração alicerçada no diálogo de culturas;
- A problemática em torno dos direitos dos cidadãos estrangeiros e da sua defesa.

A complexidade aumenta ainda mais nos casos extremos em que numa região ou num bairro a população é maioritariamente constituída por imigrantes: os nacionais aí residentes deverão integrar-se culturalmente na maioria imigrante ou deverá essa maioria integrar-se na minoria de residentes nacionais? O desejável era o respeito pelas diferenças e o diálogo entre culturas.

As principais minorias étnicas em Portugal são as minorias étnicas africanas, em que o maior peso é o da comunidade cabo-verdiana, seguida da angolana, guineense, moçambicana e santomense, as minorias étnicas asiáticas, com destaque para chineses e indianos e timorenses, as minorias europeias, nomeadamente os ciganos e os judeus.

2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MIGRAÇÕES

O estudo das migrações não se pode separar do estudo do Desenvolvimento, sobretudo no âmbito da sua dimensão regional, pois o sentido dos fluxos migratórios é de regiões menos desenvolvidas para regiões de maior desenvolvimento, ou seja no sentido periferia-centro, devido à penetração do capitalismo nas sociedades periféricas, conforme defende a teoria do sistema-mundo¹⁷.

Na medida em que os migrantes ao deslocarem-se para determinada região vão em princípio exercer uma actividade remunerada, estão a contribuir directamente para o desenvolvimento e criação de riqueza dessa região.

¹³ Machado, 1994

¹⁴ Bastos, 1999

¹⁵ Lopes, 1999

¹⁶ Costa, 1998

¹⁷ Baganha, 1996, p. 235

Por outro lado os imigrantes têm uma habitação com mais ou menos condições para viver e são consumidores de bens e serviços pelo que vão incrementar o desenvolvimento de um conjunto de actividades, nomeadamente ensino, saúde e comércio.

A nível cultural o facto de possuírem valores, crenças e formas de ser e estar diferentes vão permitir um enriquecimento da região possibilitando a partilha dessa sua cultura.

No âmbito do estudo do Desenvolvimento actualmente podem identificar-se duas grandes tendências: a crescente globalização económica e social, e o emergir de regiões. A globalização está associada à competitividade, enquanto o emergir de regiões está mais ligado à sustentabilidade.

As alterações nos processos de produção sentidas no decurso dos anos oitenta e noventa, o declínio acentuado de regiões industrializadas¹⁸ e em simultâneo o aparecimento e afirmação de novas regiões económicas¹⁹, levaram à necessidade de que tanto as teorias como as políticas de desenvolvimento regional, tivessem de reformular-se no sentido de poderem explicar a nova realidade: as regiões deixaram de ser vistas isoladamente mas integradas no sistema de regiões a que pertencem; os factores de ordem económica deixaram de ser os únicos a considerar no âmbito duma abordagem pluridisciplinar dos problemas em torno do desenvolvimento regional²⁰.

O estudo dos desequilíbrios no desenvolvimento regional passou a centrar-se em duas dimensões distintas de análise:

a) a sustentabilidade, que consiste em garantir melhores condições de vida para todos, a partir de um crescimento económico durável, preservando o meio ambiente e utilizando os recursos sem a sua sobre exploração, de forma racional e sem hipotecar o futuro, ou seja, permitindo às gerações vindouras oportunidades pelo menos iguais às que tivemos²¹.

Dificuldades de operacionalidade aliadas ao fracasso das políticas de desenvolvimento, levaram a que este entendimento de Desenvolvimento fosse alvo de fortes críticas, inviabilizando o debate económico²². No entanto os peritos do Banco Mundial e do FMI adoptaram um modelo de Desenvolvimento próximo da sustentabilidade²³.

b) a endogenia, coloca em relevo a questão regional, dando um importante contributo para a problemática das assimetrias regionais, procurando identificar os instrumentos que a nível político são determinantes para corrigir essas assimetrias.

O Desenvolvimento endógeno começou a afirmar-se no decurso dos anos 70, quando ganharam alguma notoriedade propostas de desenvolvimento que partiam da base e não do topo. Mais tarde, este modelo evoluiu através da incorporação de novos contributos, em especial no decurso dos anos 90. A questão central a que pretende responder passou a ser, o porquê da variação do nível de crescimento de diversas regiões ou países, mesmo quando as condições em termos de factores produtivos, de Recursos Humanos, recursos financeiros e recursos tecnológicos são idênticas. Em quais destes factores o peso da região é determinante?

Esta corrente defende que o capital humano, o conhecimento, o desenvolvimento e a pesquisa bem como a informação e as instituições, não são determinadas somente a partir do exterior como até agora se pensava: o peso endógeno é significativo em relação a estes factores, pelo que as regiões estrategicamente direccionadas que decidam desenvolver internamente estes factores, poderão ter condições vantajosas para um crescimento rápido e equilibrado.

No âmbito da moderna teoria regional endógena saliente-se ainda a importância dada à sociedade civil e às relações sociais no processo de desenvolvimento da região. Para Boisier²⁴, a sociedade civil e as suas diversas

¹⁸ Benko & Lipietz, 1994

¹⁹ Storper & Scott, 1995

²⁰ Lopes, 1995

²¹ Nijkamp, 1990

²² Teulon, 1994

²³ Serageldim, 1996

²⁴ Boisier, 1997

formas de actuação no que diz respeito à solidariedade, integração social e cooperação, deve considerar-se como principal agente de modernização, transformação social e económica de uma região. É neste sentido que os imigrantes poderão dar um contributo muito válido ao desenvolvimento regional na medida em que a cooperação e a solidariedade têm bastante mais força nas comunidades africanas.

3. A PENÍNSULA DE SETÚBAL E AS MIGRAÇÕES

A Península de Setúbal é a região do país, em termos percentuais com mais migrantes. A maior parte destes são imigrantes internos mas existe também uma concentração de imigrantes estrangeiros, nomeadamente africanos, muito superior à verificada a nível nacional.

A relação de proximidade com Lisboa, as ligações existentes e o dinamismo económico da região sobretudo a nível do sector da construção civil e obras públicas podem ajudar a perceber o porquê desta concentração de africanos. Nesse sentido consideramos útil uma breve caracterização da Península de Setúbal em termos sócio económicos.

3.1. Breve caracterização da Península de Setúbal

A Península de Setúbal integra-se na Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) e a sua análise em termos de evolução demográfica, mercado de trabalho e desenvolvimento sócio económico, permite identificar um conjunto de características singulares, que merecem uma reflexão:

Esta Península que já foi pólo de desenvolvimento, viveu e sentiu, sobretudo a partir de meados da década de 70 e durante os anos 80, os efeitos perversos da globalização e da competitividade, verificando-se a deslocalização de algumas empresas e o encerramento de outras ²⁵.

Durante muitos anos, a Península de Setúbal desempenhou um papel de relevo na economia portuguesa devido à sua excelente localização aliada à existência de infra estruturas (caminho de ferro, porto, estradas) e a outras razões de natureza endógena. Não obstante a forma desordenada como ocorreu a implantação industrial, foi uma das regiões de maior dinamismo económico ²⁶.

O modelo industrial que se foi instalando, pode caracterizar-se por grandes unidades industriais intensivas em capital e em mão-de-obra. Como consequência, conseguiu atrair um número significativo de trabalhadores gerando importantes fluxos de pessoas. O problema é que o tipo de unidades industriais instaladas sofre ciclicamente crises, que, no caso, conduziram, em especial a partir do 1º choque petrolífero em 1973, a uma situação que se foi agravando e cujos efeitos dramáticos a nível social e económico, ainda hoje se fazem sentir ²⁷.

Esta situação crítica deve-se fundamentalmente a insuficiências a nível do planeamento estratégico. Apesar de começar a ser ultrapassada, subsistem problemas graves e o desemprego continua a fazer-se sentir de forma particularmente dramática para o grupo dos menos qualificados. O problema reveste-se ainda de maior gravidade tendo em conta que parte destes desempregados de longa duração, se situam na faixa etária acima dos 35 anos e têm baixas qualificações, o que dificulta o acesso ao mercado de trabalho.

Nos últimos anos têm surgido projectos de investimento para a área que, se forem concretizados, poderão criar muitos postos de trabalho. No entanto as novas formas de organização do trabalho, aliadas à evolução tecnológica, requerem um conjunto de qualificações técnicas elevadas e muito específicas pelo que mesmo que se crie emprego na região, será difícil inserir no mercado de trabalho muitos dos actuais desempregados.

Neste contexto será necessário dispor de pessoas qualificadas que possam suprir as novas necessidades organizacionais; a formação, quer no âmbito da Educação Formal, quer de acordo com modelos de Educação não Formal, terá aqui um papel de charneira e caso não existam em número suficiente Pessoas com as qualificações pretendidas, serão novos migrantes a ocupar os postos de trabalho criados na região.

²⁵ Roxo, 1995

²⁶ *Ibidem*

²⁷ Frasquilho, 1995

Em síntese, a Península de Setúbal possui um conjunto de condições privilegiadas que conduziram a alguma hegemonia a nível industrial; apesar disso uma deficiente planificação aliada a uma conjuntura internacional desfavorável, portanto razões de natureza endógena mas também exógena, conduziram esta região a uma crise económica e social sem precedentes, caracterizada por encerramento de unidades industriais e elevado índice de desemprego. Há fortes indícios de que existem condições para a curto prazo inflectir a situação desde que se assegure o suprimento das necessidades de Recursos Humanos qualificados por parte das organizações que têm intenção de investir na Península.

3.2. Caracterização dos Residentes na Região de Lisboa e Vale do Tejo e na Península de Setúbal

A População residente na Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) era, em 1998, de 3.326.500 indivíduos, correspondendo a cerca de um terço da população residente em Portugal (dados de 1998 conforme quadro1).

As subregiões que integram a RLVT são cinco: Grande Lisboa, Península de Setúbal (PS), Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo.

Fazem parte da Península de Setúbal nove concelhos: Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal.

QUADRO 1
Evolução da População residente: Portugal, RLVT e Península de Setúbal

NUTS / Anos	*1981	*1991	**1994	**1996	**1997	**1998
Portugal	9.833.014	9.867.147	9.912.140	9.934.110	9.957.270	9.979.500
RLVT	3.261.578	3.296.715	3.308.810	3.313.450	3.319.860	3.326.500
Pen. Setúbal	584.648	640.493	654.460	662.380	667.150	671.740

* de acordo com os censos da população

** estimativas do INE

Fonte: INE (quadro elaborado pelo autor)

A análise do quadro 1 evidencia um crescimento substancialmente maior da população residente na Península de Setúbal que da residente em Portugal e na RLVT.

A Península de Setúbal, é a 2ª subregião mais populosa da RLVT imediatamente a seguir à Grande Lisboa, com 671.740 indivíduos em 1998, correspondendo a 20,2% do total dos residentes desta região e a 6,73% da população residente em Portugal. Os concelhos de Almada, Seixal e Setúbal estavam, em 1991, entre os vinte concelhos mais populosos de Portugal, tendo todos eles mais de cem mil habitantes e representando no seu conjunto 58,1% do total dos residentes na Península²⁸.

Entre 1981 e 1998 a população residente em Portugal aumentou cerca de 1,5% enquanto na Região de Lisboa e Vale do Tejo, de acordo com dados do INE, esse aumento foi da ordem dos 2%. No mesmo período a população residente na Península de Setúbal aumentou 14,9% traduzindo-se num acréscimo populacional de 87.092 indivíduos em menos de 20 anos (dados de 1998 conforme quadro1).

QUADRO 2
Crescimento Populacional: Portugal, RLVT, Península de Setúbal

NUTS/Período	*1981 a 1991	%	*1991 a 1994	%	**1994 a 1996	%	**1996 a 1997	%	**1997 a 1998	%
Portugal	34.133	0,35	44.993	0,46	21.970	0,22	23.160	0,23	22.230	0,22
RLVT	35.137	1,08	12.095	0,37	4.640	0,14	6.410	0,19	6.640	0,20
Pen. Setúbal	55.845	9,55	13.967	2,18	7.920	1,21	4.770	0,72	4.590	0,69

* de acordo com os censos da população

** estimativas do INE

Fonte: INE (quadro elaborado pelo autor)

²⁸ Rosa, 1998, p. 856

Embora os períodos de tempo contidos no quadro dois não sejam todos iguais, na análise em questão o que pretendemos comparar é, num mesmo período, a evolução verificada em Portugal, na RLVT e na Península de Setúbal. Conclui-se que em termos percentuais, o crescimento da população na Península de Setúbal é sempre muito superior ao registado na Região de Lisboa e Vale do Tejo e em Portugal.

Efectivamente, qualquer que seja o período considerado, é notória a disparidade entre o crescimento da população residente na Península, na RLVT e em Portugal.

Se verificarmos, em termos de evolução da população residente, o peso relativo de cada uma das subregiões da RLVT, entre 1981 e 1998, constatamos o significativo aumento do peso da Península de Setúbal, passando de 17,9% em 1981, para 20,2% em 1998.

QUADRO 3
População residente na RLVT e peso relativo da população de cada subregião na população total da Região de Lisboa e Vale do Tejo

Regiões/ Anos	*1981	%	*1991	%	*1994	%	**1995	%	**1996	%	**1997	%	**1998	0%
Grande Lisboa	1.853.729	56,8	1.836.484	55,7	1.836.160	55,5	1.834.070	55,4	1.833.140	55,3	1.834.060	55,2	1.835.380	55,2
Península Setúbal	584.648	17,9	640.493	19,4	654.460	19,8	658.320	19,9	662.380	20,0	667.150	20,1	671.740	20,2
Oeste	354.694	10,9	359.430	10,9	361.120	10,9	361.920	10,9	362.710	10,9	363.930	11,0	365.090	11,0
Médio Tejo	234.450	7,2	227.339	6,9	225.730	6,8	225.360	6,8	224.850	6,8	224.620	6,8	224.480	6,7
Lezíria do Tejo	234.054	7,2	232.969	7,1	231.340	7,0	230.800	7,0	230.370	7,0	230.100	6,9	229.770	6,9
RLVT	3.261.578	100,0	3.296.715	100,0	3.308.810	100,0	3.310.470	100,0	3.313.450	100,0	3.319.860	100,0	3.326.500	100,0

* de acordo com os censos da população

** estimativas do INE

Fonte: INE (quadro elaborado pelo autor)

Ao mesmo tempo o peso na RLVT da Grande Lisboa passa de 56,8% para 55,2%, do Médio Tejo passa de 7,2% para 6,7% e da Lezíria do Tejo passa de 7,2% para 6,9%. Quanto ao peso da região do Oeste, passa de 10,9% para 11%.

QUADRO 4
População residente na Península de Setúbal por Concelhos em 1981, 1991 e 1998
E peso relativo de cada concelho na sua estrutura demográfica

Concelho	1981	%	1991	%	1998	%
Almada	147.690	25,3	151.783	23,7	153.100	22,8
Seixal	89.169	15,3	116.912	18,2	136.500	20,2
Setúbal	98.366	16,7	103.634	16,2	104.630	15,6
Barreiro	88.052	15,1	85.768	13,4	81.640	12,2
Moita	53.240	9,1	65.086	10,2	70.270	10,5
Palmela	36.933	6,3	43.857	6,8	48.910	7,3
Montijo	36.849	6,3	36.038	5,6	36.510	5,4
Sesimbra	23.103	4,0	27.246	4,3	30.140	4,5
Alcochete	11.246	1,9	10.169	1,6	10.040	1,5
Total	584.648	100,0	640.493	100,0	671.740	100,0

Fonte: INE, Censos de 81, de 91 e estatísticas demográficas de 1998 (adaptado pelo autor)

Da análise deste quadro pode verificar-se o emergir de alguns concelhos da Península, com destaque para Seixal, Moita, Palmela; ao mesmo tempo pode constatar-se o decréscimo populacional noutros, nomeadamente Barreiro, Alcochete e Montijo.

Em termos de população residente nos vários concelhos da Península de Setúbal, Alcochete é o mais pequeno, muito distanciado de qualquer outro. A quase inexistência de unidades industriais de dimensão bem como a actividade desenvolvida de natureza sobretudo agrícola e a difícil acessibilidade a Lisboa (os dados são de 1981, 1991 e 1998), podem constituir algumas das razões explicativas para este facto. No entanto perspectiva-se a curto prazo uma inflexão nesta situação devido aos efeitos da construção da Ponte Vasco da Gama em 1998, estimando-se assim um acentuado crescimento populacional nos concelhos de Alcochete e Montijo.

3.2.1 Estrutura Etária

A estrutura etária das populações resulta sobretudo da relação entre taxa de natalidade, taxa de mortalidade e saldo dos movimentos migratórios. No caso português, a redução dos nascimentos, a descida dos níveis de mortalidade e a existência de saldos migratórios externos positivos, têm concorrido para o envelhecimento demográfico.

Apesar disso, no contexto europeu, continuamos a ser um dos cinco países em que o peso relativo das pessoas com mais de 65 anos na totalidade da população é mais baixo²⁹; pelo contrário e se nos situarmos no intervalo entre os dez e os vinte e quatro anos, verificamos que o peso destes efectivos é significativamente mais elevado em Portugal que na média da União Europeia³⁰.

QUADRO 5
Estrutura Etária da População da Península de Setúbal

Níveis etários	1981	1991	Variação Percentual entre 1981 e 1991	1997	Variação Percentual entre 1991 e 1997
Até 14	147.331	123.605	-16,1%	107.830	-12,8%
15-24	85.167	101.289	+18,9%	105.490	+4,1%
25-64	304.209	345.800	+13,7%	369.000	+6,7%
65 e mais	47.941	69.799	+45,6%	84.830	+21,5%
Total	584.648	640.493		667.150	

De acordo com os censos da população e estimativas da população residente em 1997

Fonte: INE (quadro elaborado pelo autor)

Como se pode concluir da análise dos dados do quadro 5, entre 1981 e 1991, registou-se uma descida do número de indivíduos residentes com menos de 14 anos de 16,1%; entre 1991 e 1997, embora de forma menos acentuada, este número continuou a decrescer. Ao mesmo tempo em todos os outros grupos etários se verifica um aumento de indivíduos.

Este aumento é particularmente expressivo para o grupo de pessoas com mais de 65 anos que cresce percentualmente 45,6% entre 81 e 91 e 21,5% entre 1991 e 1997. Este acréscimo aliado ao decréscimo referido anteriormente, traduz uma tendência inequívoca de envelhecimento da população.

²⁹ MEPAT, 1999, p. II-15

³⁰ Ibidem

QUADRO 6
Estrutura Etária da População da Península de Setúbal por Concelhos em 1991

Concelhos	0-14	15-24	25-64	65 e +	Total
Alcochete	1.758	1.669	5.284	1.458	10.169
Almada	26.964	23.864	83.160	17.795	151.783
Barreiro	14.926	14.494	46.606	9.742	85.768
Moita	14.288	10.223	33.959	6.616	65.086
Montijo	6.451	5.486	19.101	5.000	36.038
Palmela	8.345	6.618	23.615	5.279	43.857
Seixal	24.175	18.742	64.880	8.115	116.912
Sesimbra	5.073	4.186	14.445	3.542	27.246
Setúbal	20.625	16.007	54.750	12.252	103.634
Total	123.605	101.289	345.800	69.799	640.493

Fonte: INE, 1991

Comparando a estrutura da população entre 1991 e 1997, verifica-se um decréscimo no grupo até aos 14 anos e um acentuado aumento no grupo dos que têm 65 ou mais anos.

QUADRO 7
Estrutura Etária da População da Península de Setúbal por Concelhos em 1997

Concelhos	0-14	15-24	25-64	65 e +	Total
Alcochete	1.480	1550	5.470	1.520	10.020
Almada	23.640	22.660	84.670	22.040	153.010
Barreiro	10.860	13.320	47.290	10.830	82.300
Moita	12.360	11.900	37.180	8.090	69.530
Montijo	5.840	5.430	19.320	5.840	36.430
Palmela	7.880	7.120	26.200	6.910	48.110
Seixal	23.980	22.080	76.420	11.120	133.600
Sesimbra	4.710	4.510	15.800	4.630	29.650
Setúbal	17.080	16.920	56.650	13.850	104.500
Total	107.830	105.490	369.000	84.830	640.493

Fonte: INE, estimativas da população residente em 1997

O índice de envelhecimento estabelece a relação entre população com mais de 65 anos e população até aos 14 anos. Em 1991, a relação entre o número de indivíduos com mais de 65 anos para cada cem com menos de quinze, ou seja o índice de envelhecimento, era, em geral, mais elevado nas zonas do interior sul que nas do norte e do litoral³¹. A Península de Setúbal, acompanhando a tendência de envelhecimento que se faz sentir em Portugal não é das regiões mais envelhecidas.

³¹ Rosa, 1998, p. 859

QUADRO 8
Índice de envelhecimento em Portugal, na RLVT e na Península de Setúbal por concelhos

Regiões / Anos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Portugal	68,1%	71,4%	74,4%	77,1%	80,2%	83,5%	86,1%	88,5%
Região Lisboa								
Vale Tejo	73,2%	77,3%	81,1%	84,5%	88,3%	92,1%	95,1%	97,7%
Península Setúbal	56,4%	60,2%	63,8%	67,0%	70,4%	73,5%	76,2%	78,7%
Alcochete	83,6%	86,5%	89,6%	96,2%	100,0%	102,6%	103,4%	102,7%
Almada	65,9%	70,5%	75,1%	78,8%	83,3%	87,0%	90,2%	93,2%
Barreiro	65,0%	70,6%	75,1%	79,6%	85,0%	89,8%	94,9%	99,7%
Moita	46,2%	49,2%	52,5%	54,4%	57,3%	60,0%	62,8%	65,5%
Montijo	77,5%	82,9%	88,0%	92,2%	94,9%	97,6%	98,3%	100,0%
Palmela	63,3%	67,3%	71,5%	74,5%	77,7%	80,7%	84,3%	87,7%
Seixal	32,2%	34,2%	36,3%	38,4%	40,4%	42,6%	44,5%	46,4%
Sesimbra	70,4%	74,7%	79,3%	83,5%	88,5%	92,3%	97,6%	98,3%
Setúbal	59,3%	63,0%	66,4%	69,7%	73,4%	76,9%	79,2%	81,1%

Fonte: INE, 2000d

O concelho do Seixal que pelo número de residentes tem um peso significativo na Península (18,2% da população ou seja 116.912 indivíduos), figurava em 1991 como o sétimo em termos de menor índice de envelhecimento³². Neste concelho o peso relativo dos idosos era em 1991 de 6,9%³³.

Outro índice utilizado no estudo das estruturas etárias é o índice de dependência total que estabelece uma relação entre a soma da população até 14 anos e da população de 65 e mais anos com a população entre os 15 e os 64 anos³⁴.

De forma simplista podemos dizer que mede a relação entre os que não trabalham e vivem dependentes e os que trabalham ou pelo menos estão na idade em que podem trabalhar. Um índice de dependência da ordem dos 50% significa que em cada 3 pessoas, duas têm entre 15 e 64 anos. Esta relação em Portugal situava-se em 1990 nos 50,6% e em 1997 nos 47,3%. Na Península de Setúbal em 1990 era de 43,2% e em 1997 de 40,6%³⁵. Em relação aos concelhos da Península, este índice dá-nos valores substancialmente mais baixos no Seixal e no Barreiro.

3.2.2. População activa e taxa de actividade na Península de Setúbal

A população activa é constituída pelos indivíduos com 14 ou mais anos que em determinado período constituem a mão de obra disponível para produção de bens e serviços independentemente de estarem empregados ou desempregados³⁶. A taxa de actividade define-se como a relação entre a população activa e a população total³⁷. Quanto maior for, maior é a percentagem de indivíduos disponíveis para produzir bens e ou serviços. É desejável que este valor seja elevado, sobretudo se uma percentagem significativa da população activa estiver empregada.

³² Idem, p.860

³³ Gonçalves, sd, p. 50

³⁴ INE, 2000c

³⁵ INE, 2000c

³⁶ INE, 1996a

³⁷ Ibidem

QUADRO 9
População activa e taxa de actividade na Península de Setúbal em 1991 por Concelhos

Concelhos	População activa	Taxa de actividade
Alcochete	4.709	46,3%
Almada	71.641	47,2%
Barreiro	39.257	45,8%
Moita	28.717	44,1%
Montijo	16.501	45,8%
Palmela	20.052	45,7%
Seixal	57.442	49,1%
Sesimbra	11.680	42,9%
Setúbal	47.330	45,7%
Península Setúbal	297.329	46,4%

Fonte: INE, 1991

A análise dos dados deste quadro permite evidenciar Seixal com o concelho com mais elevada taxa de actividade e Sesimbra como aquele em que esta é mais reduzida.

QUADRO 10
População activa e taxa de actividade na Península de Setúbal em 1981 e em 1991

	1981	1991	1997	1998
População activa	255.653	297.329	309.600	329.200
Taxa de actividade	43,7%	46,4%	46,9%	49,3%

Fonte: INE - censos de 1981 e 1991, Inquérito ao emprego RLVT do 2º semestre de 1997 e 2º semestre de 1998, (adaptado pelo autor)

A população activa na Península em 1998, e comparativamente a 1981 sofreu um acréscimo de 28,8% o que é significativo tendo em conta a variação da taxa de actividade, ou seja da relação entre a população activa e a população total, que no mesmo período passa de 43,7% para 49,3%. Em Portugal a taxa de actividade em 1998 era de 50,1%³⁸.

Qual a relação efectiva entre este acréscimo e o mercado de trabalho. Não estará também ligado a movimentos pendulares? Os dados disponibilizados só permitem quantificar estes movimentos em 1991, dando conta de movimentos pendulares relevantes da Península de Setúbal para a Grande Lisboa: 63.232 activos³⁹, correspondendo a 21,56% da população activa. Destacam-se os fluxos oriundos dos concelhos de Almada, Seixal, Barreiro e Moita⁴⁰.

3.2.3. Evolução do emprego e do Desemprego na Península de Setúbal

A população empregada em 1991, registou um aumento de 14,4% em relação a 1981, passando de 233.112 para 266.704 (161.380 homens e 105.324 mulheres), correspondendo a 89,70% da população activa⁴¹. Do total de empregados, 23,71% deslocavam-se diariamente para a Grande Lisboa. Em 1997 os empregados ascendiam a 281.704 (159.600 homens e 121.800 mulheres)⁴² e em 1998 eram 303.300 (167.600 homens e 135.600 mulheres)⁴³.

³⁸ INE, 1999b

³⁹ Pisco, 1997

⁴⁰ Ibidem

⁴¹ Gonçalves, sd, p. 7

⁴² INE, 1998a

⁴³ INE, 1999c

Quanto ao peso relativo dos vários sectores de actividade no emprego, em 1981 o sector terciário ocupava já uma posição de destaque (47,8%) que veio a reforçar de forma muito significativa até 1991 (61,9%). O sector secundário no mesmo período reduziu de forma acentuada o seu peso passando de 45,8% para 34,1% e o sector primário reduziu ainda mais drasticamente o seu diminuto peso no emprego passando de 6,4% para 4%. A tendência para uma maior terciarização do emprego é notável na Península de Setúbal, apesar da sua tradição industrial.

QUADRO 11
População empregada na Península de Setúbal em 1981 e 1991, por sector de actividade

Sector de actividade	Empregados em 1981	Peso relativo (%)	Empregados em 1991	Peso relativo (%)
Primário	14.980	6,4	10.664	4,0
Secundário	106.698	45,8	90.942	34,1
Terciário	111.434	47,8	165.098	61,9
Total	233.112	100,0	266.704	100,0

Fonte: INE, 1981, 1991 (adaptado pelo autor)

A análise da evolução da população empregada por situação na profissão entre 1981 e 1991, evidencia que a generalidade são trabalhadores por conta de outrem, registando-se um acréscimo de 7,6%⁴⁴. Apesar deste crescimento no número de trabalhadores por conta de outrem, o seu peso relativo na estrutura de emprego passou de 87,7% para 82,4%⁴⁵. Este decréscimo deve-se sobretudo ao aumento do número de patrões, de trabalhadores por conta própria e de trabalhadores noutras situações.

QUADRO 12
População empregada na Península de Setúbal em 1981 e 1991, por situação na profissão

Situação na profissão	Empregados em 1981	Empregados em 1991	Var. %
Patrão	6.255	13.476	115,4
Trab. Conta própria	19.641	26.741	36,2
Trab. Fam. N/remun.	1.398	1.707	22,1
Membro cooperativas	1.057	614	-42,0
Trab. Conta outrem	204.182	219.695	7,6
Outra	579	4.471	672,2
Total	233.112	266.704	14,4

Fonte: INE, 1981 e 1991

A comparação dos dados relativos à população desempregada na Península de Setúbal entre 1981 e 1991, de acordo com os censos, permite verificar um apreciável crescimento do desemprego. Em 1991 destaque-se que do total de desempregados 37,55% são do sexo masculino e 62,5% do sexo feminino apesar da taxa de actividade dos homens ser de 55,25 e a das mulheres de 38,0%⁴⁶.

QUADRO 13
População desempregada e taxas de desemprego na Península de Setúbal em 1981, 1991, 1997 e 1998

Desempregados em 1981	19.909	Taxa de desemprego em 1981	7,8%
Desempregados em 1991	30.532	Taxa de desemprego em 1991	10,3%
Desempregados em 1997	30.900	Taxa de desemprego em 1997	9,1%
Desempregados em 1998	25.900	Taxa de desemprego em 1998	7,9%

Fonte: INE, 1981 e 1991 e (adaptado pelo autor)

⁴⁴ Gonçalves, sd, p.8

⁴⁵ Gonçalves, sd, p.8

⁴⁶ Ibidem

Estes valores estão sempre acima da média nacional. Os concelhos da Moita, de Setúbal e do Barreiro, são os que em 1991 apresentam valores superiores à média da Península: 13,9%, 12,2% e 11,7%.

3.3. O Peso das Migrações na Península de Setúbal

Uma primeira questão que se pode colocar é qual o contributo, no período em análise, das migrações para o crescimento populacional na Península de Setúbal? Analisando o somatório dos saldos migratórios de 1981 a 1998 verifica-se um acréscimo de 50.627 indivíduos (conforme quadro 14). Assim em 1998, mais de 7,5% da população aqui residente correspondia a migrantes chegados à Península de Setúbal depois de 1980. Neste grupo de migrantes vindos após 1980, estimam-se em cerca de 9.000 os estrangeiros com residência legalizada (9.114 no total do Distrito de Setúbal)⁴⁷.

Por outro lado e com base nos censos de 81, no Distrito de Setúbal (que inclui toda a Península de Setúbal e ainda os concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago de Cacém e Sines, cuja população residente era de cerca de 73.678, para um total de 658.326 residentes no Distrito), 53,5 % da população residente era constituída por residentes não naturais (imigrantes internos, naturais dos territórios africanos de expressão oficial portuguesa, de Macau ou do estrangeiro), correspondendo a 314.832 indivíduos⁴⁸.

Em termos absolutos o Distrito de Setúbal era em 1981, o 2º em número de imigrantes (a seguir a Lisboa), mas percentualmente era o 1º, revelando ter o maior poder de atracção populacional⁴⁹.

QUADRO 14
Saldo Natural, Saldo Migratório, Acréscimo Populacional na Península de Setúbal

Anos	Saldo natural	Peso percentual no acréscimo	Saldo Migratório	Peso percentual no acréscimo	Acréscimo Populacional
1981	4180	94,36	250	5,64	4430
1982	4270	93,64	290	6,36	4560
1983	3710	71,48	1480	28,52	5190
1984	3600	85,51	610	14,49	4210
1985	2480	51,35	2350	48,65	4830
1986	2480	42,98	3290	57,02	5770
1987	2110	31,49	4590	68,51	6700
1988	2350	35,23	4320	64,77	6670
1989	1940	28,16	4950	71,84	6890
1990	1870	28,21	4760	71,79	6630
1991	1096	33,69	2157	66,31	3253
1992	1357	61,02	867	38,98	2224
1993	953	21,26	3530	78,74	4483
1994	1417	29,40	3403	70,60	4820
1995	701	18,16	3159	81,84	3860
1996	663	16,33	3397	83,67	4060
1997	1151	24,16	3614	75,84	4765
1998	980	21,35	3610	78,65	4590
Total	37308	42,43	50627	57,57	87935

* de acordo com os censos da população

** estimativas do INE

Fonte: INE (quadro elaborado pelo autor)

Quanto à origem dos imigrantes internos, em 1981, 93.305 eram naturais do Distrito de Lisboa, 47.631 do de Beja, 30.569 do de Évora e 26.017 do Distrito de Faro⁵⁰.

⁴⁷ INE, 2000f)

⁴⁸ Cónim, 1989, pp. 95-96

⁴⁹ Ibidem

⁵⁰ Idem, p. 100

Voltando ao período 1981-1998, e à Península de Setúbal, verifica-se um contributo directo das migrações no acréscimo populacional superior a 58%.

Indirectamente há ainda a considerar o diferencial entre nascimentos e óbitos ou seja o saldo natural originado por estes migrantes que é de difícil quantificação.

De qualquer forma, pode-se considerar que a apetência pela mobilidade geográfica não é igual em todo o conjunto da população, podendo identificar-se algumas tendências generalizáveis, nomeadamente a influência da idade⁵¹.

Em 1991, 38,2% dos migrantes inter-regionais tinham idade entre 25 e 39 anos, e 21,4% entre os 15 e os 24 anos, sendo pois clara a maior propensão à mobilidade por parte dos adultos jovens⁵². Pressupondo um contributo proporcional no saldo natural do peso destes migrantes na população (7,5%) e atendendo ainda ao facto da população migrante se situar maioritariamente na faixa entre os 15 e os 39 anos, pode-se, por estimativa simples, calcular que pelo menos 7,5% do saldo natural neste período (que foi de 37.308) se deva aos migrantes ou seja 2.798.

Mas por quê esta atractividade pela Península, que já em finais da década de 70 se fazia sentir? Que razões para estas migrações? Por que migrou para a Península um número tão significativo de naturais do Distrito de Lisboa? As migrações estão intimamente ligadas ao mercado de trabalho mas neste caso concreto são de difícil compreensão na medida em que a Península de Setúbal apresenta das mais altas taxas de desemprego a nível de Portugal.

Entre as possíveis razões explicativas para esta ocorrência destacamos:

- crescimento da área Metropolitana de Lisboa; a conclusão em 1966 da "Ponte Salazar", posteriormente redominada "Ponte 25 de Abril", fomentando dois processos simultâneos – metropolização e suburbanização, dando lugar à fixação de pessoas com actividade profissional em Lisboa e passando a margem sul a acumular assim funções de dormitório⁵³;
- o desenvolvimento industrial da Península de Setúbal entre os anos 50 e os primeiros anos da década de 70⁵⁴.

3.3.1. Os imigrantes e as Minorias étnicas em Portugal e na Península de Setúbal

De acordo com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em 31 de Dezembro de 1998, residiam legalmente em Portugal 177.774 cidadãos de nacionalidade estrangeira⁵⁵, correspondendo a 1,78% da população residente. Em relação à origem dos residentes estrangeiros, 46,4% provêm do continente africano e 29,3% do europeu, totalizando 75,7%⁵⁶. O número de estrangeiros a residir legalmente em Portugal em 1998, revela um crescimento de cerca de 1,4% em relação ao ano anterior e de 88% em relação a 1988. Explorando ainda mais em pormenor estes números, damo-nos conta que Cabo Verde, Brasil, Angola e Guiné Bissau são os países com maior número de residentes legalizados em 1998: 40.093, 19.860, 16.487 e 12.894⁵⁷. Imediatamente a seguir a estes países lusófonos surge o Reino Unido com 12.680 residentes e a Espanha com 10.191⁵⁸.

Em relação às regiões de preferência dos estrangeiros legalizados, constata-se que Lisboa, Faro, Setúbal e Porto são aquelas em que existe maior número de residentes estrangeiros. No entanto, enquanto os africanos são

⁵¹ Peixoto, 1998, p. 77

⁵² Idem, p. 80

⁵³ Esteves, 1991, p. 15

⁵⁴ Frásquilho, 1995, p. 57

⁵⁵ INE, 1999a

⁵⁶ Ibidem

⁵⁷ INE, 1999a

⁵⁸ Ibidem

sobretudo imigrantes e privilegiam as regiões de Lisboa e Setúbal, nos europeus residentes um número significativo vive em Faro e não exerce qualquer actividade produtiva: enquanto dos 52.109 europeus residentes, 13.470 vive na região de Faro (25,8%) correspondendo a 58,3% dos estrangeiros residentes nessa região, dos 82.467 africanos somente vivem em Faro 6.485 (7,9%).

QUADRO 15

Estrangeiros com residência legalizada em Portugal, nos Distritos de Lisboa e Setúbal de 1981 a 1998

Ano	Portugal	Variação % em relação ano anterior	Distrito Lisboa	Variação % em relação ano anterior	Distrito Setúbal	Variação % em relação ano anterior
1981	62.692	7,9	35.101	3,2	7.258	2,9
1982	68.153	8,7	36.598	4,3	7.445	2,6
1983	79.015	15,9	40.749	11,3	8.470	13,8
1984	89.625	13,4	45.161	10,8	9.521	12,4
1985	79.594	-12,2	40.955	-9,3	8.650	-9,2
1986	86.982	9,3	44.795	9,4	9.395	8,6
1987	89.778	3,2	46.553	3,9	9.602	2,2
1988	94.453	5,2	48.806	4,8	9.749	1,5
1989	101.011	6,9	52.409	7,4	10.142	4,0
1990	107.767	6,7	55.580	6,1	10.470	3,2
1991	113.978	5,8	58.925	6,0	10.717	2,4
1992	122.348	7,3	64.015	8,6	11.228	4,8
1993	136.932	11,9	70.627	10,3	11.854	5,6
1994	157.073	14,7	85.511	21,1	13.830	16,7
1995	168.316	7,2	92.441	8,1	15.531	12,3
1996	172.912	2,7	95.348	3,1	15.985	2,9
1997	175.263	1,4	96.759	1,5	16.203	1,4
1998	177.774	1,4	98.105	1,4	16.372	1,0

Fonte: INE, estatísticas demográficas, 1998 (quadro da responsabilidade do autor)

O facto de mais de 16 mil estrangeiros terem residência legalizada na Península de Setúbal, à partida não contribui para esclarecer sobre a existência de minorias étnicas na Península. Nesse sentido é importante esclarecer que deste total de imigrantes 12.363 são africanos, conforme se pode verificar no quadro seguinte, o que corresponde a mais de 75,5%⁵⁹. Por outro lado deve ter-se em conta que um número muito significativo de africanos não tem estatuto legal, havendo ainda a considerar o facto de muitos possuírem a nacionalidade portuguesa. Esses números são de difícil quantificação.

Voltando à caracterização dos imigrantes estrangeiros em Portugal, verificava-se em 1997 que 58,3% são do sexo masculino e 41,7% do sexo feminino⁶⁰; em relação aos imigrantes activos na mesma data, constata-se que correspondem a 53,4% do total, enquadrando-se 89,8% dos imigrantes na faixa etária entre os 15 e os 64 anos e 7,3% na faixa dos com mais de 65 anos⁶¹. Comparando as estruturas etárias dos imigrantes dos PALOP's com os da Europa, ressalta um maior envelhecimento dos europeus consubstanciado no facto de 16,1% terem mais de 65 anos ao passo que no caso dos PALOPs o valor máximo nesta faixa etária é o dos moçambicanos com 4,6%⁶². Dos imigrantes activos 19,3% são trabalhadores por conta própria ou patrões e 80,7% são trabalhadores por conta de outrem⁶³. A percentagem de desempregados é bastante superior nos imigrantes em relação aos nacionais⁶⁴.

⁵⁹ INE, 1998b

⁶⁰ Lopes, 1999

⁶¹ Ibidem

⁶² Lopes, 1999

⁶³ Ibidem

⁶⁴ Ruggy, 2000

QUADRO 16
Relação entre os Imigrantes legais Africanos existentes em Portugal e no Distrito de Setúbal entre 1991 e 1998

	Portugal	Distrito de Setúbal	Percentagem de imigrantes africanos legalizados no Distrito de Setúbal face ao total em Portugal
1991	47.998	8.272	17,23
1996	81.176	12.254	15,10
1997	81.717	12.324	15,08
1998	82.467	12.363	14,99

Fonte: INE, 1998

Naturalmente que o número de residentes africanos vai muito para além dos valores referidos pelas razões já apontadas anteriormente. Um estudo feito em 1995 dava conta da existência na Península de Setúbal de 18.416 africanos a residir em bairros críticos. Muitos decerto teriam naturalidade portuguesa e outros estariam em situação ilegal⁶⁵.

QUADRO 17
Africanos Residentes em Bairros Críticos e Núcleos de Habitação Social da Área Metropolitana de Lisboa em 1995

AML Norte (concelhos)	Africanos residentes em bairros críticos ou núcleos de habitação social
Amadora	15.399
Azambuja	-
Cascais	2.980
Lisboa	7.064
Loures	6.956
Mafra	-
Oeiras	11.124
Sintra	1.260
V. Franca de Xira	3.314
Total AML Norte	48.097
AML Sul (concelhos)	
Almada (B. da Mata, do Campo da Bola, Branco, do Raposo de Baixo)	3.625
Barreiro (Bairro da Cidade do Sol)	1.392
Moita (B. do V. da Amoreira, da Qta Fonte da Prata e da Baixa da Banheira)	6.030
Montijo	40
Seixal (Bairros do Miratejo, da Quinta da Princesa, do Rio Judeu de Sta Marta de Corroios e Quinta do Cabral)	4.230
Setúbal (B. da Bela Vista)	3.099
Total AML Sul	18.416
Total AML	66.513

Fonte: DEPIAP/CEPAC - U.L.H.T, 1995, citado por CCRLVT, 2000 (quadro da responsabilidade do autor)

No concelho da Moita situa-se o maior bairro africano do país: o Vale da Amoreira onde viviam em 1995 quatro mil e oitocentos africanos. Outro Bairro na Península de Setúbal com mais de dois mil africanos é o Bairro da Bela Vista com dois mil e duzentos. Existem 14 bairros críticos com um número significativo de africanos na Península.

Em relação aos países de origem desses africanos os cabo-verdianos constituem a comunidade mais numerosa com 7.629 indivíduos, concentrados sobretudo no Seixal, em Setúbal e em Almada, seguindo-se a comunidade angolana com 6.923 elementos, a viver em especial na Moita, em Almada e no Seixal, a moçambicana com 1.476 pessoas, das quais 69% vivem na Moita, a guineense com 1.291 indivíduos, 50% dos quais a viver na Moita havendo ainda núcleos significativos no Seixal e Almada e a santomense com 998 elementos com 65% a viver em Almada e um outro núcleo no Seixal.

⁶⁵ DEPIAP/CEPAC - U.L.H.T, 1995, citado por CCRLVT, 2000

De qualquer forma em Portugal estima-se que o peso dos cabo-verdianos na comunidade africana seja de cerca de 49% mas na PS é de apenas 42%; da mesma forma enquanto o peso dos angolanos ronda os 20%, nesta região é próximo dos 38%; quanto aos guineenses em Portugal representam 16% dos africanos e na Península ficam-se pelos 7%; os moçambicanos representando apenas 6% dos africanos mas na PS representam 8%; finalmente os santomenses correspondem em Portugal a 5% dos africanos e nesta região também a 5%⁶⁶.

QUADRO 18
Distribuição dos Africanos residentes em bairros críticos por naturalidade e concelho de residência em 1995

Concelho	Cabo-verdianos	Angolanos	Guineenses	Santomenses	Mocambicanos	Total
Almada	1.195	1.286	284	645	168	3.578
Barreiro	860	400	70	42	20	1.392
Moita	930	3.380	620	70	1.020	6.020
Montijo		30	7		3	40
Seixal	2.493	1.075	260	190	200	4.218
Setúbal	2.151	752	50	51	65	3.069
Total	7.629	6.923	1.291	998	1.476	18.317

Fonte: DEPIAP/CEPAC - U.L.H.T, 1995, citado por CCRLVT, 2000 (quadro da responsabilidade do autor)

O peso de cada uma destas comunidades não é homogéneo em todos os concelhos e a sua proporção na Península é também muito diferente em relação ao peso de cada uma destas comunidades no total de africanos em Portugal:

Em cada 100 residentes em Portugal 7 vivem na Península de Setúbal mas em cada 100 imigrantes legalizados 9 vivem na Península de Setúbal, representando 2,44% do total da população residente nesta região; em Portugal os imigrantes representam apenas 1,78% da população,

Do total de imigrantes na Península, 75,5% são africanos correspondendo a 1,84% da população residente; em Portugal os imigrantes africanos são 46,5% do total de imigrantes e representam 0,73% da população residente. Assim em cada 100 imigrantes africanos 15 vivem na Península de Setúbal.

Mesmo assim estes números estão subestimados uma vez que não contam com os imigrantes ilegais.

Uma análise mais fina por concelhos permite evidenciar o concelho da Moita em que cerca de 10% da população é africana.

Uma análise desagregada por freguesias possibilitava encontrar valores ainda mais surpreendentes dando conta de freguesias em que a maioria dos habitantes são africanos nomeadamente a freguesia do Vale da Amoreira.

É óbvio que um estudo pormenorizado das minorias étnicas requeria ainda que em relação a cada naturalidade se procurasse identificar as várias etnias presentes mas neste trabalho não foi possível ir tão longe.

QUADRO 19
Estrangeiros com residência legalizada em Portugal em 1998 por região de origem

	África	Europa	América Central e do Sul	América do Norte	Outros	Total
Indivíduos	82.467	52.109	24.728	10.310	8.160	177.774
Porcentagem	46,4%	29,3%	13,9%	5,8%	4,6%	100%

Fonte: INE, 1998 (quadro da responsabilidade do autor)

⁶⁶ estes valores devem ser vistos com alguma prudência, uma vez que estão a ser comparados dados relativos a imigrantes legais africanos com dados relativos a africanos residentes (a incluir eventualmente africanos de nacionalidade portuguesa).

QUADRO 20
Africanos com residência legalizada em Portugal em 1998 por países de origem

Cabo Verde	Angola	Guiné Bissau	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	Outros	Total
40.093	16.487	12.894	4.429	4.388	4.176	82.467

Fonte: INE, 1998 (quadro da responsabilidade do autor)

3.3.1.1. Impacto da Imigração na população e no desenvolvimento sócio-económico

O impacto da imigração no país de acolhimento pode tipificar-se de acordo com três dimensões: dimensão demográfica, dimensão económica e dimensão social.

No âmbito demográfico a imigração contribui de duas formas para a dinâmica do país de acolhimento: directamente através da chegada de imigrantes alterando o saldo migratório e indirectamente através dos seus descendentes aumentando o saldo natural, havendo ainda a considerar o contributo para o crescimento da população nacional através da aquisição da nacionalidade portuguesa⁶⁷. Uma vez que a esmagadora maioria de imigrantes se situa na faixa etária entre 15-64 anos, de acordo com dados de 1992 (89,8%)⁶⁸ o contributo para o saldo natural deverá ser proporcionalmente maior que o dos naturais. Um outro aspecto a considerar tem a ver com o facto da fecundidade média das mulheres estrangeiras ser bastante superior à das mulheres nacionais, sobretudo no início do processo migratório tendendo depois a esbater-se com o tempo⁶⁹.

Assim a nível demográfico o nascimento de cidadãos estrangeiros vai concorrer para o crescimento natural da população, travando o envelhecimento demográfico e a redução da taxa de crescimento natural⁷⁰. Não é por acaso que a nível da Península de Setúbal, os concelhos do Seixal e Moita, com um número significativo de africanos (conforme quadro 17), são os que apresentam menor índice de envelhecimento na Península (conforme quadro 8), que de resto é na PS cerca de 10% inferior ao verificado a nível de Portugal.

A nível económico a imigração vai ter implicações tanto no país de origem como no país de acolhimento. Em relação ao país de acolhimento a imigração gera dinâmicas no mercado de trabalho, constituindo em geral uma mão-de-obra complementar (por vezes substituta como é o caso português, uma vez que parte do trabalho realizado pelos imigrantes é realizado pelos emigrantes portugueses nos países em que desenvolvem a sua actividade).

Normalmente os postos de trabalho ocupados pelos imigrantes são pouco qualificados, mal remunerados e centram-se na indústria e nos serviços⁷¹. No caso português o sector da construção civil emprega a maioria dos imigrantes. Em relação à Península de Setúbal, para além da construção civil, a imigração tem permitido o desenvolvimento de certos sectores que utilizam mão-de-obra pouco qualificada nomeadamente o sector automobilístico. Tanto a nível da PS como da RLVT, é inegável que em todas as grandes obras que se têm vindo a realizar como a ponte Vasco da Gama, a EXPO 98 e infraestruturas de acesso e a Caixa Geral de Depósitos entre outras, a presença de imigrantes africanos tem sido significativa.

O aumento do número de migrantes parece à partida poder provocar a diminuição dos salários dos cidadãos nacionais mas os dados disponíveis de alguns estudos efectuados a nível da Europa⁷², indicam que essa diminuição praticamente não se faz sentir: um aumento de 10% do número de migrantes poderia implicar no máximo uma diminuição salarial da ordem dos 0,5%.

⁶⁷ Ruy, 2000

⁶⁸ Lopes 1999

⁶⁹ Ruy 2000

⁷⁰ Ruy, 2000

⁷¹ Ibidem

⁷² Ibidem

Em relação ao desemprego também não é possível concluir que a presença dos imigrantes aumente o desemprego dos nacionais e em contextos de desemprego os mais penalizados são os imigrantes não havendo qualquer evidência duma concorrência entre uns e outros na medida em que existe uma segmentação do mercado de trabalho e um papel específico para a mão-de-obra estrangeira.

A imigração no médio longo prazo tem influência no desenvolvimento dos sistemas de produção do país de acolhimento e contribui para o seu crescimento económico⁷³.

Em termos económicos e sociais há ainda a considerar a relação entre a economia informal e a imigração ilegal.

No âmbito social a existência de comunidades étnicas permite um enriquecimento cultural do país de acolhimento. Por outro lado gera alguns problemas de difícil resolução e que passam pela marginalidade a que são votados muitos imigrantes. Como consequência de políticas pouco eficazes de resolução do problema da imigração e outros associados, surgem os imigrantes ilegais, surge a precariedade no trabalho, o desemprego, a habitação sem condições de salubridade, etc, etc.

Se a época em que vivemos pode ser caracterizada por significativas alterações tecnológicas, económicas e sociais com inequívocas repercussões no desenvolvimento e na criação de riqueza, também é inegável que as razões apontadas conduzem uma parte da população imigrante a situações de exclusão social e de pobreza visível quer na Área Metropolitana de Lisboa quer na Península de Setúbal. Naturalmente que entre os marginalizados e excluídos socialmente o peso dos imigrantes não pode ser negligenciado.

Na Península de Setúbal viviam em bairros críticos em 1995, 52.662 indivíduos, destacando-se aqui o Concelho de Almada com 27.131 residentes nestes bairros e o concelho da Moita com 8.714 residentes em bairros críticos. Em Setúbal só no Bairro da Bela Vista vivem seis mil pessoas entre cabo-verdianos, angolanos, portugueses brancos, ciganos, timorenses, guineenses e moçambicanos. Do total de residentes nos bairros críticos da PS 18.317 são africanos (35%)⁷⁴.

O facto de viverem lado a lado pessoas de culturas e hábitos muito diferentes acaba por causar problemas de vizinhança e fazer com que muitos procurem delimitar territórios. Por outro lado as habitações em que vivem grande parte das minorias marginalizadas não têm as características desejáveis para algumas dessas culturas. Só a título de exemplo e no sentido de dar mais relevo ao que se pretende expressar podemos dar nota de algumas situações caricatas que se podem observar no Bairro da Bela Vista em plena cidade de Setúbal: é possível ver burros em varandas no primeiro andar, armários de cozinha que foram transformados em galinheiros, banheiras em que se engorda um porco e casas em que os tacos e portas foram arrancados para fazer fogueiras.

O desencanto de muitos jovens residentes nestes bairros a quem não são dadas as mesmas oportunidades que aos nacionais, o elevado insucesso escolar decorrente da falta de hábitos de leitura e de acesso a informação por parte das suas famílias, empurram-nos para caminhos de marginalidade gerando a insegurança a que se tem assistido em todo o país.

CONCLUSÃO

A Península de Setúbal constitui uma das regiões de maior dinamismo demográfico do país. O contributo das migrações nesse crescimento é notável. O contributo dos imigrantes estrangeiros no crescimento demográfico é também significativo.

Esta região tem um índice de envelhecimento bastante inferior à média nacional e os concelhos em que esse envelhecimento é menor são os que possuem maior número de imigrantes – o Seixal e a Moita.

Portugal que era tradicionalmente um país de emigração passou a ser simultaneamente um país de imigração. O peso dos imigrantes de origem africana é notório sobretudo na Península de Setúbal e na Região de Lisboa onde se dedicam em grande parte a trabalhos pouco qualificados nomeadamente no sector da construção civil. As grande obras que se têm realizado só foram possíveis com o seu trabalho.

⁷³ Ibidem

⁷⁴ DEPIAP/CEPAC – U.L.H.T, 1995, citado por CCRLVT, 2000

Os imigrantes sobretudo de origem africana concentram-se nestas regiões, vivem em muitos casos em situações precárias e não obstante constituírem a mão de obra barata e sempre à mão são relegados para 2º plano. Assim os seus problemas são quase sempre esquecidos por quem de direito. O facto de viverem amontoados em guetos sem condições e desintegrados da sociedade vem agravar o problema.

Existem na Península de Setúbal 14 bairros críticos em que a presença africana se faz sentir. Alguns são muito conhecidos (infelizmente) como é o caso da Bela Vista devido ao índice de criminalidade. Mas nestes bairros não existe só delinquência e talvez se empolem estes valores. Coexistem várias culturas, há bandas musicais, grupos de intervenção, muitas histórias para ser contadas e muita gente que quer trabalhar e viver melhor. E que procura esconder o local de residência.

BIBLIOGRAFIA

- BAGANHA, Maria Ioannis B., PEIXOTO, João (1996), *O Estudo das Migrações Nacionais – Pontos de Intersecção Disciplinar*, in FERREIRA J. M. Carvalho, MARQUES, Rafael, PEIXOTO, João, RAPOSO, Rita (1996) (org.), *Entre a Economia e a Sociologia*, Oeiras: Celta, pp.233-264.
- BAGANHA, Maria Ioannis, FERRÃO, João, MALHEIROS, Jorge Macaísta (1999), *Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português*, in **Análise Social**, vol. XXXIV (150), Outono de 1999, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 147-174.
- BARROQUEIRO, Conceição (1999), *O trabalho junto das populações imigrantes e comunidades (27-06-2000)*.
- BASTOS, José Gabriel Pereira, BASTOS, Susana Pereira (1999), *Portugal Multicultural*, Lisboa, Fim de Século.
- BENKO, Georges e LIPIETZ, Alain. (org.) (1994), *As Regiões Ganhadoras: Distritos e Redes, os novos paradigmas da Geografia Económica*, Oeiras: Celta.
- BOISIER, Sergio E. (1997), *Sociedad civil, participación, conocimiento y gestion territorial*, Santiago de Chile: ILPES.
- CCRLVT (2000), *Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa*, volume III, Lisboa, CCRLVT.
- CÓNIM, Custódio, CARRILHO, Maria José (1989), *Situação Demográfica e perspectivas de evolução: Portugal, 1960-2000*, Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, caderno 16.
- COSTA, Alfredo Bruto (1998), *Exclusões Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- DINIS, José (1998), *Os Imigrantes na construção civil e obras públicas*
<http://f-antiracista.pt/document/dossier/19.html> (27-06-2000).
- ESTEVES, Maria do Céu (1991), *O Processo de Desenvolvimento em Setúbal e Sines*, in *Cadernos de Economia*, ano IV, nº 14, Jan/Mar 91, Lisboa: Promeios, pp 11-19.
- FRASQUILHO, Miguel (1995), *Península de Setúbal: Análise macroeconómica*, in *Forum Sociológico*, 1995, nº7, Lisboa: IEDS, pp 57-85.
- FREIRE, João (1991), *Imigrantes, Capatazes e Segurança no Trabalho da Construção Civil* in *Organizações e Trabalho*, nº 516, Lisboa: pp. 147-153.
- GONÇALVES, Fernanda (sd), *Caracterização Geral da Dinâmica Demográfica na Península de Setúbal*, Lisboa: DINÂMIA.
- GONÇALVES, Carlos (1997), *As questões da imigração e da (in)segurança das populações*
<http://f-antiracista.pt/document/dossier/10.html> (27-06-2000).
- INE (1983), *Censos 81*, Lisboa: INE.
- INE (1996a), *Censos 91*, 2ª edição, Lisboa: INE.
- INE (1996b), *Portugal Social 1991 – 1995*, Lisboa: INE.
- INE (1997), *Estatísticas Demográficas de 1996*, Lisboa, INE.
- INE (1998a), *Inquérito ao Emprego – NUTS III, 2º semestre de 1997*: RLVT, Lisboa, INE
- INE (1998b), *Estatísticas Demográficas de 1997*, Lisboa, INE.
- INE (1999a), *Estatísticas Demográficas de 1998*, Lisboa, INE.
- INE (1999b), *Anuário Estatístico de Lisboa e Vale do Tejo de 1998*, Lisboa, INE.
- INE (1999c), *Inquérito ao Emprego – NUTS III, 2º semestre de 1998*: RLVT, Lisboa, INE.

- INE (2000a), **Séries Cronológicas: População e Condições Sociais – Índice de Dependência de Idosos por NUTS I, II, III e Concelhos**, Lisboa INE
<http://infoline.ine.pt/inf/prodserv/series/serie.asp> (27-06-2000).
- INE (2000b), **Séries Cronológicas: População e Condições Sociais – Índice de Dependência de Jovens por NUTS I, II, III e Concelhos**, Lisboa INE
<http://infoline.ine.pt/inf/prodserv/series/serie.asp> (27-06-2000).
- INE (2000c), **Séries Cronológicas: População e Condições Sociais – Índice de Dependência de Total por NUTS I, II, III e Concelhos**, Lisboa INE
<http://infoline.ine.pt/inf/prodserv/series/serie.asp> (27-06-2000).
- INE (2000d), **Séries Cronológicas: População e Condições Sociais – Índice de Envelhecimento por NUTS I, II, III e Concelhos**, Lisboa INE
<http://infoline.ine.pt/inf/prodserv/series/serie.asp> (27-06-2000).
- INE (2000e), **Séries Cronológicas: População e Condições Sociais – Relação de Masculinidade por NUTS I, II, III**, Lisboa INE
<http://infoline.ine.pt/inf/prodserv/series/serie.asp> (27-06-2000).
- INE (2000f), **Séries Cronológicas: Estrangeiros com residência legalizada, segundo a distribuição geográfica de residência (Distritos III)**, Lisboa: INE
<http://infoline.ine.pt/inf/prodserv/series/serie.asp> (27-06-2000).
- LOPES, António Simões (1995), **Desenvolvimento Regional**, 4ª edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LOPES, Policarpo (1999), **Portugal, holograma da mobilidade humana**, Lisboa, Rei dos livros.
- MACHADO, Fernando Luis (1994), *Luso-Africanos em Portugal*, in **Sociologia Problemas e Práticas**, 1994, nº 16, Lisboa: CIESDS, ISCTE, pp. 111-134.
- MACHADO, Fernando Luis (1997), *Contornos e especificidades da imigração em Portugal*, in **Sociologia Problemas e Práticas**, 1997, nº 24, Lisboa: CIESDS, ISCTE, pp. 9-44.
- MALHEIROS, Jorge, LETRIA, Pedro (1999), *O Começo – No Bairro da Bela Vista, em Setúbal, com o embalo do Sado* in **À Descoberta dos Novos Descobridores**, Lisboa: CNCDP, pp. 12-22.
- MEPAT (1999), **Portugal, Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006: Diagnóstico Prospectivo**, Lisboa: MEPAT.
- NAZARETH, J. Manuel (1996), **Introdução à Demografia - Teoria e Prática**, Lisboa: Editorial Presença.
- NIJKAMP, Peter et al. (1990). *Regional sustainable development and natural resource use*. in **Proceedings of the World Bank Annual Conference on Development Economics**, Washington: World Bank.
- Observatório do Emprego e Formação Profissional (2000) **Folha Informativa Anual**, Lisboa: OEFP.
- PEIXOTO, João (1998), *Selectividade Migratória e Dinâmicas Regionais: As migrações Inter-regionais em Portugal nos anos 80*, in **Revista de Estatística – 3º quad 98**, nº 9, Lisboa: INE, pp. 73-112
http://infoline.ine.pt/inf/prodserv/estudos/ficha.asp?x_estudoid=1370 (06-07-2000).
- PISCO, Manuel Leal (1997), **Migrações Pendulares, Unidades Geográficas de Emprego**, Lisboa: DPP.
- ROSA, Maria João Valente (1998), *Notas sobre a população – níveis de povoamento e envelhecimento: contrastes entre os concelhos do continente* in **Análise Social**, vol. XXXIII (148), 1998, 4ª série, Lisboa: ICS da Universidade de Lisboa, pp. 855-860.
- ROXO, Maria João, MARTINS, Fernando Ribeiro (1995), *A importância da posição geográfica no desenvolvimento de Setúbal*, in **Forum Sociológico**, Lisboa: IEDS, 1995, Nº 7, pp 39-56.
- RUGY, Anne (2000), **Dimensão Económica e Demográfica das Migrações na Europa Multicultural**, Oeiras, Celta.
- SERAGELDIM, Ismail (1996), *Une philosophie du Développement* in **Le Courier de L’Unesco**, Junho de 1996, pp. 4-7.
- STORPER, Michael & SCOTT, Allen J. (1995). *The wealth of regions. Market forces and policy imperatives in local and global context*, in **Futures**. Vol. 27, n.º 5.
- TEULON, Frédéric (1994), **Crescimento, Crises e Desenvolvimento**, Lisboa: Publicações D. Quixote.